

CV 23010675/2022-63

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ (UNIFEI)
E O MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ, COM
INTERVENIÊNCIA DA FUNDAÇÃO DE PESQUISA
E ASSESSORAMENTO A INDÚSTRIA (FUPAI),
NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma do direito, de um lado, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 10.435, de 24 de abril de 2002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.040.001/0001-30, com sede à Avenida BPS, nº 1303, Campus Prof. José Rodrigues Seabra, Bairro Pinheirinho, na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais – CEP: 37.500-903, ora denominada **CONVENENTE**, e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.025.940/0001-09, com sede à Avenida Doutor Jerson Dias, nº 500, bairro Estiva, na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37500-279, doravante denominado **CONCEDENTE**, e a **FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ASSESSORAMENTO À INDÚSTRIA**, entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 18.025.536/0001-27, com sede à rua Xavier Lisboa, nº 27, Bairro Centro, na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais – CEP: 37501-042, doravante denominada **FUNDAÇÃO**, neste ato representadas pelos abaixo identificados e assinados, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO**, que será regido, no que couber, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, pela Lei nº 8.958 de 20 de dezembro de 1994 e suas alterações, Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012 e demais dispositivos legais e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a execução do projeto intitulado “ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA MUNICIPAL” abrangendo as atividades de pesquisa e desenvolvimento necessárias para a criação de um índice de qualidade de vida para o município, de acordo com o **Plano de Trabalho (Anexo I)**, o qual passa a integrar este Instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

As áreas de colaboração, os requisitos financeiros, e outros aspectos relevantes às atividades objeto deste Convênio, serão definidos no **Plano de Trabalho (Anexo I)**, aprovado pelas Partícipes, que especificará, entre outros, as razões que justifiquem a sua celebração, a descrição completa do objeto a ser executado, das metas a serem atingidas, das etapas ou fases da execução do objeto, com previsão de início e fim, e o plano de aplicação dos recursos financeiros, estando o Plano de Trabalho (Anexo I) incluso ao presente Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O repasse dos recursos financeiros para a execução do presente Convênio a serem pagas pela **CONCEDENTE à FUNDAÇÃO**, é de R\$ 1.070.413,04 (um milhão e setenta mil e quatrocentos e treze reais e quatro centavos), dividido em 14 parcelas, sendo as três primeiras parcelas, no valor de R\$ 160.561,96 (cento e sessenta mil e quinhentos e sessenta e um reais e noventa e seis centavos), e as demais parcelas no valor de R\$ 53.520,65 (cinquenta e três mil e quinhentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos), conforme cronograma de entregas dos produtos do projeto. Sobre o valor de cada parcela incidem os impostos e taxas estabelecidas na legislação e nos regulamentos específicos da **CONCEDENTE**.

Parágrafo primeiro. O acompanhamento e a fiscalização técnica do presente Convênio serão realizados pelo Coordenador, que avaliará e encaminhará relatórios parciais à Pró-

Reitoria de Extensão, semestralmente, conforme o cumprimento das etapas estabelecidas no **Plano de Trabalho (Anexo I)** e demais relatórios de execução e controle técnico.

Parágrafo segundo. A competência para a execução do projeto é da Unidade Acadêmica, por intermédio do coordenador, e a Pró-Reitoria de Extensão poderá fazer o acompanhamento da execução deste Instrumento, a fim de verificar a correta aplicação dos recursos e o atingimento dos objetivos estabelecidos, ficando-lhe assegurado, por meio de seus setores competentes o acesso a informações, documentos e instalações.

CLÁUSULA QUARTA – DA COORDENAÇÃO E EQUIPE

As atividades previstas neste instrumento jurídico e no Plano de Trabalho (Anexo I) dele decorrentes serão coordenadas pela UNIFEI através do Prof. Moisés Diniz Vassallo, lotado no Instituto de Engenharia de Produção e Gestão, pela Prefeitura do Município de Itajubá, através do Sr. Antonio Marcos Pereira Almeida, CPF: 038.778.636-80 e pela FUNDAÇÃO DE APOIO, através da Sra. Eliza Maria de Souza Villela da Silva - CPF 860.082.266-15, Supervisora de Gestão de Projetos.

Parágrafo primeiro. Caberá à coordenação zelar pelo relacionamento interinstitucional, estabelecer os procedimentos operacionais e supervisionar a realização do projeto e a avaliação do desenvolvimento do Convênio, documentando em relatórios de caráter gerencial, com periodicidade anual, para apreciação dos órgãos competentes das PARTES.

Parágrafo segundo. A equipe envolvida, incluindo o coordenador, titulação, lotação e carga horária serão descritas no Plano de Trabalho (Anexo I).

Parágrafo terceiro. As partícipes são totais e absolutamente independentes, não se estabelecendo nenhum vínculo associativo, societário, trabalhista ou de qualquer espécie em decorrência da execução deste **Convênio**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS COMPROMISSOS

As partícipes, nos limites de suas disponibilidades e sem prejuízo de seus encargos institucionais, se comprometem a:

I - CONVENIENTE

- a) Disponibilizar a orientação técnica necessária para o desenvolvimento do **Plano de Trabalho (Anexo I)**;
- b) Proporcionar uma infraestrutura básica de laboratório e de biblioteca adequada ao desenvolvimento do projeto de pesquisa;
- c) Facilitar o acesso para a utilização dos laboratórios de pesquisa aos envolvidos no projeto (professores, alunos e servidores da CONCEDENTE), sempre que necessário, respeitados os limites de disponibilidade e sem prejuízo dos encargos institucionais, conforme previsão no Plano de Trabalho (Anexo I);
- d) Permitir a participação de docentes e pesquisadores integrantes dos quadros de pessoal das instituições, nas atividades de cooperação definidas no **Plano de Trabalho (Anexo I)** deste convênio;
- e) Indicar, por meio da Unidade Acadêmica correspondente, um fiscal que deverá ratificar a Nota Técnica sobre a regularidade de sua execução para a Pró-Reitoria Extensão da UNIFEI, conforme disposto no §3º do Art. 24 da "Norma para regulamentação das relações entre a UNIFEI e suas Fundações de Apoio";
- f) Disponibilizar os recursos humanos definidos no **Plano de Trabalho (Anexo I)** para a execução das atividades definidas no Projeto deste convênio.

II - CONCEDENTE:

- a) Disponibilizar recursos financeiros, infraestrutura, os dados necessários e implementar as ações propostas ao longo do desenvolvimento do projeto **Plano de Trabalho (Anexo I)**;
- b) Transferir à **FUNDAÇÃO DE APOIO** os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do Convênio, conforme Cláusula Terceira do presente Convênio.

III - FUNDAÇÃO DE APOIO:

- a) Responsabilizar-se pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições e outros encargos porventura devidos em decorrência do presente convênio, apresentando os respectivos comprovantes ao setor da Conveniente e da Concedente;
- b) Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal porventura necessário à execução do presente convênio;
- c) Aplicar no mercado financeiro, por meio de instituições oficiais, os recursos administrados com base no presente instrumento, devendo posteriormente empregá-los, junto com o respectivo rendimento, exclusivamente na execução do projeto de que trata a Cláusula primeira;
- d) Restituir à **CONCEDENTE**, ao final do convênio, se for o caso, eventual saldo remanescente, monetariamente corrigido e acrescido dos rendimentos percebidos;
- e) Responder pelos prejuízos causados à **CONVENIENTE**, em razão de culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;
- f) Respeitar e fazer com que seu pessoal cumpra as normas de segurança do trabalho e demais regulamentos vigentes nos locais em que estiverem trabalhando;
- g) Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora da **CONVENIENTE** e da **CONCEDENTE**, atendendo prontamente às solicitações por ela apresentadas;
- h) Responsabilizar-se pela guarda dos documentos relativos ao presente instrumento;
- i) Observar rigorosamente o disposto nas leis nº 8.666/93, nº 10.520/2002; Decretos nº 3.555/2000 e nº 5.450/2005 relativos a Licitações e a Norma para regulamentação das relações entre a Universidade e suas fundações de apoio;
- j) Repassar a remuneração do ressarcimento à Universidade Federal de Itajubá, bem como prestar contas à mesma, nos moldes do art. 11 do Decreto nº 7.423/2010, em decorrência da execução do convênio;
- k) Integrar ao patrimônio da Conveniente os materiais e equipamentos adquiridos, quando couber;

- l) Guardar sigilo das informações que lhe forem repassadas pela Concedente, sendo vedada a sua divulgação sem sua prévia e expressa concordância;
- m) Apresentar à Conveniente prestação de contas final até 30 (trinta) dias contados a partir do término da vigência deste convênio;
- n) Inserir e manter atualizado no seu Portal da Transparência a execução do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Todos os dados, técnicas, tecnologia, know-how, marcas, patentes e quaisquer outros bens ou direitos de propriedade intelectual/industrial de um **PARCEIRO** que este venha a utilizar para execução do Projeto continuarão a ser de sua propriedade exclusiva, não podendo o outro **PARCEIRO** cedê-los, transferi-los, aliená-los, divulgá-los ou empregá-los em quaisquer outros projetos ou sob qualquer outra forma sem o prévio consentimento escrito do seu proprietário.

Parágrafo primeiro. Todo desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente Convênio, deverá ter a sua propriedade compartilhada entre a **UNIFEI** e a **CONCEDENTE**, em partes iguais.

Parágrafo segundo. Os direitos e obrigações oriundos dos pedidos de registro de privilégio ou patente decorrente deste Convênio, caso ocorra, serão atribuídos a ambas as signatárias. As condições da partilha dos custos de manutenção da proteção da propriedade intelectual e dos resultados financeiros e não financeiros porventura oriundos dessa serão definidos em termos futuros.

Parágrafo terceiro. As **PARTES** se obrigam a recíprocas comunicações, caso cheguem a algum resultado passível de obtenção de privilégio ou patente, mantendo-se o sigilo necessário para a proteção de tal resultado.

Parágrafo quarto. A concessão de licença a terceiros para a exploração de patentes geradas neste Convênio, dependerá de prévia anuência de cada parte, ficando certo de que os resultados líquidos serão divididos em partes iguais pelos **PARCEIROS**.

Parágrafo quinto. Cada **PARTE** poderá, com aprovação da outra, ceder total ou parcialmente os direitos que lhe couberam sobre as patentes, obtendo para si os resultados financeiros decorrentes, garantido à **UNIFEI** e à **CONCEDENTE** o direito de preferência na aquisição.

Parágrafo sexto. As **PARTES** devem assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos e que a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes, não infrinjam direitos autorais, patentes ou outros direitos intelectuais, assim como direitos de terceiros.

Parágrafo sétimo. Na hipótese de eventual infração de qualquer direito de propriedade intelectual relacionada às tecnologias resultantes, os **PARCEIROS** concordam que as medidas judiciais cabíveis visando coibir a infração do respectivo direito podem ser adotadas em conjunto ou separadamente.

Parágrafo oitavo. Os depósitos de pedidos de proteção de propriedade intelectual devem ser iniciados necessariamente junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e registrados no sistema de acompanhamento do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da **UNIFEI**.

Parágrafo nono. Caberá à **CONCEDENTE**, com exclusividade, a responsabilidade de preparar, arquivar, processar e manter pedidos de patente no Brasil e em outros países.

Parágrafo décimo. As decisões relacionadas à preparação, processamento e manutenção de pedido de patente das tecnologias resultantes deste instrumento, no Brasil e em outros países, devem ser tomadas em conjunto pelas partícipes ora acordantes.

Parágrafo décimo primeiro. Na hipótese de eventual infração de qualquer patente relacionada às tecnologias resultantes, as partícipes concordam que as medidas judiciais cabíveis visando a coibir a infração da respectiva patente podem ser adotadas pelas partícipes, em conjunto ou separadamente.

Parágrafo décimo segundo. Tanto no que se refere à proteção da propriedade intelectual quanto às medidas judiciais, as partícipes concordam que as despesas deverão ser suportadas de acordo com os percentuais definidos na exploração comercial das tecnologias.

Parágrafo décimo terceiro. A **FUNDAÇÃO DE APOIO** não terá direitos sobre os resultados obtidos, passíveis ou não de proteção legal.

Parágrafo décimo quarto. A **UNIFEI** poderá outorgar poderes à **CONCEDENTE** para praticar todo e qualquer ato necessário para o depósito, acompanhamento e manutenção de pedido de patente das tecnologias resultantes do presente instrumento, no Brasil e em outros países.

Parágrafo décimo quinto. A **UNIFEI** poderá ceder à **CONCEDENTE** a totalidade dos direitos da propriedade intelectual mediante compensação financeira ou não financeira (econômica), desde que mensurável economicamente, a ser definida entre os **PARCEIROS**.

Parágrafo décimo sexto. Caso a **CONCEDENTE** não explore ou não licencie comercialmente o objeto do pedido de proteção em até 12 meses após o seu registro no INPI, os direitos de propriedade intelectual e de exploração comercial serão transferidos para a **UNIFEI**, ficando esta responsável por viabilizar sua industrialização no país.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS RESULTADOS E DIREITOS AUTORAIS

As novas metodologias resultantes do desenvolvimento das atividades previstas neste instrumento pertencerão tanto à **CONVENIENTE** como à **CONCEDENTE**, que poderão utilizar-se delas no ensino e na pesquisa.

Parágrafo único. Caso do Convênio resultem obras científicas, literárias ou relativas a programas de computador, os direitos decorrentes pertencerão à **CONCEDENTE** e a **CONVENIENTE** em partes iguais e a sua eventual utilização será regulada em termo próprio, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA, FISCAL E PREVIDENCIÁRIA

Cada parte assumirá a responsabilidade de ordem trabalhista, fiscal e previdenciária ou em decorrência de acidente de trabalho em relação aos profissionais por ela alocados na consecução de projetos provenientes do presente termo.

CLÁUSULA NONA – DOS BENS REMANESCENTES

A **CONVENIENTE** terá o direito de propriedade, na data de conclusão ou extinção do presente Instrumento, sobre os bens remanescentes que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos respeitado o disposto na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor a partir da de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 30 (trinta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ADITAMENTOS

O presente convênio poderá, mediante aprovação das partes, ser aditado por Termo Aditivo, objetivando:

- a) a modificação das cláusulas existentes, exceto a que trata do objeto;
- b) a inclusão de novas cláusulas;
- c) a adesão de novas convenientes ou intervenientes, que possam contribuir, de forma efetiva, para a consecução dos seus objetivos;

- d) prorrogação de prazo;
- e) incremento dos recursos financeiros e/ou outros;
- f) a definição de disposições ou de ações regulamentadoras das atividades previstas nos termos deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA

O presente convênio poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicações expressas e justificadas, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo primeiro. Havendo pendências, as partes definirão, através de um Termo de Encerramento do Convênio, as respectivas responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, respeitadas as atividades em curso, bem como creditando-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo segundo. A extinção deste convênio, antes de seu termo final fixado neste instrumento, decorrente de denúncia por qualquer das Partes, não acarretará pagamento de multas ou indenizações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A execução do objeto deste Instrumento não poderá ser totalmente cedida ou, por qualquer forma, transferida a terceiros.

Parágrafo primeiro. A transferência parcial da execução do objeto deste Instrumento deverá ser precedida de anuência prévia e por escrito do (a) outro (a) partícipe, e somente será autorizada desde que não implique em subcontratação das parcelas mais relevantes do objeto do Acordo.

Parágrafo segundo. Em hipótese alguma, a subcontratação ou cessão parciais porventura autorizadas desobriga as partícipes de suas responsabilidades e obrigações assumidas neste Acordo.

Parágrafo terceiro. As notificações, comunicações ou informações entre as partícipes deverão ser feitas por escrito e dirigidas ao endereço indicado no preâmbulo, a menos que outro tenha sido indicado, por escrito, mediante aviso prévio com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo quarto. As Partes declaram que estão cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis e constantes da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e se comprometem a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como por seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados, que os Dados Protegidos sejam utilizados na extensão autorizada na referida legislação.

Parágrafo quinto. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre a Conveniente e a Concedente, respeitadas e observadas às disposições legais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Para que se produzam os efeitos legais necessários é de responsabilidade da **UNIFEI** a publicação do extrato deste convênio no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de Minas Gerais, subseção de Pouso Alegre, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para a resolução de questões eventualmente levantadas em decorrência deste Convênio.

Em caso de assinatura física, o Contrato será assinado em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito. Como alternativa à assinatura física do Contrato, as Partes declaram e concordam que a assinatura mencionada poderá ser efetuada em formato eletrônico. As Partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste Contrato e seus termos, incluindo seus anexos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas Partes por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Itajubá/MG, 2022.

Universidade Federal de Itajubá
Edson da Costa Bortoni
Reitor

CONCEDENTE
Christian Gonçalves Tiburzio e Silva
Prefeito

Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria
Plínio Ribeiro Leite
Diretor Executivo

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: